

Antropologia, arquivos e património disciplinar. O caso português

Anthropology, Archives and Disciplinary Heritage. The Portuguese Case

RITA CACHADO [rita.cachado@iscte-iul.pt]

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia – Instituto Universitário de Lisboa, Portugal

SÓNIA VESPEIRA DE ALMEIDA [sonia.almeida@fcsb.unl.pt]

Centro em Rede de Investigação em Antropologia, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal

RESUMO

Este artigo visa contribuir para o debate antropológico internacional sobre arquivos etnográficos e a sua preservação. Defendemos que os contributos da Antropologia são centrais ao debate transdisciplinar que se foca na preservação dos dados; na segunda vida dos registos etnográficos; na construção de novo conhecimento decorrente dos arquivos; e na transferência de conhecimento para as populações estudadas, domínios que são comuns à antropologia e à linguística. Durante o trabalho de campo, antropólogos e outros etnógrafos constroem os seus documentos através da experiência e da construção de relações intersubjetividade, e guardam-nos no domínio privado. Os arquivos etnográficos podem ser reflectidos como património disciplinar, mas a discussão em Portugal é ainda tímida. Neste artigo, que fará um mapeamento das reflexões e principais esforços já realizados, esperamos contribuir para aproximar a discussão entre a importância de arquivar - salvaguardar dados primários - e a responsabilidade face às gerações futuras.

PALAVRAS-CHAVE

Arquivos etnográficos; antropologia; preservação de dados; transferência de conhecimento; dados primários; Portugal

ABSTRACT

This article aims to contribute to the international anthropological debate on ethnographic archives and their preservation. We believe that the contributions of anthropology are central to a transdisciplinary debate that focuses on the preservation of data; the second life of ethnographic records; the construction of new knowledge from archives; and the transfer of knowledge to the populations studied. something common both in Anthropology and in Linguistics. During the fieldwork, anthropologists and other ethnographers construct their documents through experience and intersubjectivity relations and keeping them in the private domain. Ethnographic archives may be problematized as disciplinary heritage however, the discussion in Portugal is still timid. In this article, which will map the reflections and main efforts already made, we hope to contribute to approximate the discussion between the relevance of archiving – safeguarding primary data – and the responsibility towards future generations.



KEYWORDS

Ethnographic archives; anthropology; data preservation; knowledge transfer; primary data; Portugal

RECEBIDO 2019-11-11; ACEITE 2020-03-20

Esta investigação tem sido realizada no âmbito institucional do CIES-IUL/FCT (4, 5 e 6 art. 23 DL57/2016 29/Ago, Lei 57/2017 19/Jul) e o CRIA (UIDB/04038/2020).

Introdução

Este artigo assume como objectivo principal contribuir para o debate ainda tímido e hesitante sobre os arquivos dos antropólogos, discutindo as potencialidades e especificidades deste tipo de arquivos, a partir do contexto português.

Para pensarmos a hesitação existente, vamos tomar como mote a canção da banda inglesa The Clash (álbum *Combat Rock*), escrita em 1981, *Should I Stay or should I Go* ou, reformulando, *Should I share or should I hide?* Tal como o título da canção, importa interpelar a dúvida, a indecisão, a hesitação que caracteriza o posicionamento dos antropólogos relativamente à partilha dos seus materiais. Como é que os antropólogos guardam os seus registos? O que deve ser feito com estes materiais? Que histórias podem ainda contar? Podem os materiais etnográficos produzidos no presente ser considerados património disciplinar no futuro? Esse património contém elementos da chamada cultura imaterial, que em certos momentos históricos da Antropologia foi chamada de “cultura popular” (Leal 2006), e o encontro com os arquivos etnográficos permite, por sua vez, identificar dados potencialmente úteis para compreender esse processo.

As etnografias são registadas de várias formas e são várias as maneiras como os registos são guardados. Não raras vezes, os antropólogos refletem sobre os seus arquivos mais ou menos organizados, mas raramente tornam públicas essas reflexões. Pouco sabemos igualmente sobre o que pretendem os antropólogos fazer aos seus diários de campo, às suas imagens, mapas, desenhos, aos seus registos áudio, entre outros. E como têm sido guardados os seus dados?

Na secção seguinte, daremos conta dos debates antropológicos em torno dos arquivos etnográficos, primeiro referindo-nos aos contributos teóricos incontornáveis neste debate e depois expondo alguns exemplos de projectos internacionais (museológicos e digitais) que contribuem igualmente para a construção desta reflexão alargada. Após esta apresentação teórica, problematizaremos os conceitos de arquivos etnográficos e arquivos dos antropólogos, começando por abordar o próprio conceito de arquivo e depois verificando como pode o arquivo etnográfico ser analisado. Na secção que intitulámos “Antropologia portuguesa e seus arquivos”, operacionalizamos o conceito de arquivos dos antropólogos, exemplificando alguns dos esforços já realizados no contexto da Antropologia portuguesa. O artigo termina corroborando o contributo de Georges Marcus sobre arquivos etnográficos (Marcus 1998), defendendo que a salvaguarda e preservação dos arquivos permitirão uma análise enquadrada dos contextos de produção e das agendas institucionais.

A preservação e futuro dos materiais etnográficos: debates na Antropologia e a sua transversalidade

Procurando desmultiplicar pontos de vista, dialogaremos com autores oriundos sobretudo dos territórios da Antropologia, ou que influenciaram os antropólogos, com eco noutras perspectivas disciplinares. Nesta secção detemo-nos nos principais contributos, obras e projectos, que alimentam o debate sobre arquivos etnográficos.

Os debates internacionais sobre arquivos etnográficos e sobre a sua preservação estão a tornar-se cada vez mais visíveis na Antropologia. As primeiras tentativas de uma reflexão mais sistematizada são facilmente identificáveis e datam dos finais dos anos oitenta do século XX. Uma obra particularmente interessante para a Antropologia foi publicada em 1990, *Fieldnotes. The Makings of Anthropology*, organizada por Roger Sanjek, que em 1985 promovera uma conferência alargada sobre esta temática. Embora não se foque especificamente na ideia de arquivo, dedica-se à organização dos materiais etnográficos, tanto na forma como os antropólogos representam os seus materiais (Jackson 1990), como em propostas de vocabulário (Sanjek 1990b; Clifford 1990) e de organização da escrita (Johnson & Johnson 1990; Ottenberg 1990). A organização e sistematização dos dados etnográficos contribuem não só para o trabalho do antropólogo ou de outros especialistas que incorporem a etnografia nos seus trabalhos, como também para a compreensão dessas práticas de trabalho. Desta forma, Roger Sanjek acabou por abrir o debate sobre o futuro dos registos etnográficos ao iluminar o fazer antropológico, possibilitando uma reflexão sobre o que o processo de fazer coisas concretas nos revela sobre nós próprios (Sennet 2008: 8).

Uma outra obra que resulta de uma conferência em 1992 com o mesmo nome, *Preserving the Anthropological Record*, de Silverman & Parezo (1995) convoca mais diretamente a importância da salvaguarda dos registos, enunciando riscos e situações provocadas pela não salvaguarda: a destruição de arquivos que não estão organizados ou pelo menos mapeados, ou votados ao abandono, como é afirmado na introdução, “numa cave, por algum descendente”, sublinhando o carácter gravoso em que se encontra uma parte importante dos registos etnográficos dos antropólogos um pouco por todo o mundo. Recuperemos as interrogações de Sydel Silverman:

Imagine a future anthropologist or historian of anthropology in, say, the year 2050. What will he or she have to draw on for an understanding of the course of twentieth-century anthropology, or for research on a particular society or culture that existed or had been studied during that century? [...] But historians know, and historical anthropologists know even better, the most valuable potential sources will not be condensed and edited information contained in published form but rather the notes, correspondence, and other unpublished items generated by researchers in the course of their lives and work.

And what, in 2050, will be the basis for theorizing about human nature and variability: what information will the future anthropologist have on the range of known cultures, the different ways of being human? (Silverman 1995: s/p)

Também nos Estados Unidos da América, a tradição dos National Anthropological Archives (NAA), dão-nos pistas para perceber como a Antropologia tem olhado para o arquivo. Constituídos no final do século XIX (1879), e dedicado em grande parte ao mapeamento de populações

Índias, suas línguas, cultura material, e contribuindo para compreender também a extensão territorial, os NAA integram outras colecções antropológicas. Robert Leopold, que geriu durante anos estes arquivos, destaca os principais desafios enfrentados: desde logo, as hesitações sobre o que coleccionar e o que deixar de fora; restrições no acesso aos arquivos; questões relacionadas com o património cultural; e outras com a repatriação do conhecimento (Leopold 2008).

Estes desafios não se afastam totalmente dos enfrentados por muitos outros arquivos, mas aqui estamos perante dados que, além de serem coligidos (entrevistas gravadas, objectos, por exemplo), são produzidos no terreno (sobretudo quando falamos em diário de campo, notas de terreno, desenhos, elaboração de mapas), situação que é por vezes comum a outras disciplinas, como a linguística, que integram o método etnográfico, ainda que adaptado, nas suas pesquisas. Continuando no contexto anglo-saxónico, importa destacar o projecto *Digital Himalaya* [<http://www.digitalhimalaya.com/>], uma vez que é um projeto promovido no contexto da linguística com impactos importantes na antropologia. Com início em Dezembro de 2000, e com uma configuração institucional ampla¹, é coordenado pelo antropólogo Alan McFarlane e pelo linguista Marc Turin, que o assumem como uma estratégia para arquivar e disponibilizar materiais etnográficos da região dos Himalaias.

No âmbito de uma reflexão aprofundada sobre o contributo deste projecto no quadro das humanidades digitais e da preservação das línguas ameaçadas, Turin defende que devemos olhar para os documentos não só como “substantivo”, mas também como “verbo” (Turin 2011: 447), e esta identificação dupla contribui para um olhar dinâmico sobre os materiais coligidos. Defende que *Digital Himalaya* não é, contudo, apenas “dirigido” pelos investigadores, é fruto da colaboração com os interlocutores: “Linguistics, then, has made the transition from documentation as salvage or rescue work [...] to viewing documentation as a participatory and even community-led process” (Turin 2011: 447). Configura-se assim um processo de devolução à população, que é simultaneamente um processo de negociação (Turin 2011: 450), com a potencialidade de contribuir para os debates sobre o repatriamento² que ocupam as agendas políticas das diferentes Ciências Sociais na actualidade. Desta forma, os linguistas transitaram de modelos de pesquisa em que o que contava era a coleção consolidada, para modelos mais comprometidos politicamente. Ao fazê-lo, têm novas audiências, incluindo os interlocutores. Uma vez que, tal como o autor refere, tradição oral e internet são ambas tecnologias de informação (Turin 2011: 451), a disponibilidade online dos seus achados é importante neste domínio.

Estes contributos pontuam a atenção que a antropologia, e também a linguística, têm dirigido à preservação dos arquivos etnográficos ao longo das últimas décadas, e que podem ser estruturadas em quatro ideias principais: (1) preservação³ e construção da história disciplinar; (2) segunda

1 Este projecto foi começado com o *NAGA video disc* apenas dirigido por Alan McFarlane e alargado para o atual projecto por Marc Turin. Inicialmente o projecto esteve sediado no Departamento de Antropologia Social da Cambridge University. De 2002 a 2005, teve o acolhimento institucional do Departamento de Antropologia da Cornell University e iniciou a colaboração com a University of Virginia. A partir de Julho de 2014, foi realocado na University of British Columbia, Vancouver, Canadá, e iniciou uma colaboração com a Sichuan University. Cf. <http://www.digitalhimalaya.com/>.

2 Ver, por exemplo, o relato de Nuno Porto sobre a sua experiência no âmbito do debate sobre a descolonização dos museus no Museum of Anthropology no Canada, Porto 2016.

3 Sobre esta preposição importa mobilizar a reflexão de Margaret Mead que na introdução a *Letters from the Field 1925–1975* (2001 [1977]), revela uma preocupação com o tratamento e preservação das suas notas de terreno. Nas suas palavras: “In fact, I did keep a diary, complete but stripped of comment, as an index to events and records. This was an act of responsibility in case my fieldwork was interrupted and someone else had to make sense of it. I also typed all my

vida dos registos etnográficos, incluindo a revisitação; (3) transferência de conhecimento para as populações estudadas, no contexto de uma perspectiva de co-construção do conhecimento e colaboração; (4) dilemas éticos (Caplan 2010). A primeira preposição sugere que cada antropólogo tem uma responsabilidade relativamente ao futuro da disciplina e deve assegurar a conservação dos seus registos, a sua organização e refletir sobre o acesso das futuras gerações (Silverman & Parezo 1995). A segunda, refere-se ao potencial de estudo conferido aos dados etnográficos, uma ideia sobretudo defendida por Robert Leopold que, no seu extensivo trabalho nos National Anthropological Archives, reflecte sobre aquilo a que chama de segunda vida dos registos etnográficos, possibilitada através da devolução (Leopold 2008), como no caso, referido acima, do projecto *Digital Himalaya*.

Importa acentuar que os dados não publicados que suportam as etnografias são irreplicáveis e resultam de uma relação de mutualidade com os interlocutores num determinado “presente etnográfico” que não se repete (Descola 2005). Os dados etnográficos referem-se a um tempo específico. Neste sentido, a terceira preposição assinala que é incontornável a necessidade de tornar os materiais acessíveis às gerações de antropólogos e outros cientistas sociais e humanos no futuro, assim como às populações estudadas (Turin 2011). De resto, um dos argumentos mais utilizados neste debate é precisamente que os arquivos etnográficos permitem às populações estudadas aproximarem-se do conhecimento produzido sobre elas e assim contribuir para a discussão sobre a conservação do património cultural (Leopold 2008; Turin 2011).

Por fim, importa sublinhar que a ideia de nova vida dos materiais etnográficos levanta um conjunto de dilemas éticos: a confidencialidade, o consentimento, as restrições no acesso aos materiais, considerando que a maior parte das políticas de acesso acautelam primeiramente os interesses dos produtores dos documentos e das populações estudadas (Silverman & Parezo 1995; Silverman, Parezo & Fowler 2003; Leopold 2008; Caplan 2010; Turin 2011). Interessa-nos sobretudo evidenciar alguns dos questionamentos éticos que identifica Caplan relativamente aos arquivos etnográficos. A autora questiona-se se, ao trabalhar com arquivos doutros antropólogos já falecidos, essa situação retirar-lhe-ia responsabilidade pelos dados “secretos”? (2010: 16). Peremptoriamente, não, e acrescenta que é mais difícil decidir sobre os dados produzidos por outros do que com dados produzidos por nós. Em concreto, uma das dificuldades reside nos materiais “secretos”. Por um lado, esse secretismo foi identificado no passado por outros antropólogos e por outro lado, na actualidade, o investigador que trabalha esses dados deseja dar um retorno às populações estudadas através da análise dos dados produzidos (2010: 16). Pergunta-se ainda, quem beneficia dos arquivos e quem precisa deles? Contudo, a sua inquietação maior reside no facto de, ao publicar dados de arquivos, haver o risco de colocar os interlocutores em algum tipo de perigo (2010: 17). Em suma, a autora lança um conjunto de questões que, apesar de ser impossível prever as consequências, devem ser levadas em conta.

Apesar dos contributos aqui referidos, as reflexões sobre este tema no campo disciplinar da Antropologia mantêm-se, ainda, tímidas, tornando-se necessário encontrar mecanismos robustos para defender as práticas dos antropólogos (Simpson 2016: 125). Decorridos quase trinta anos após as primeiras reflexões de Sanjek (1990a) e de Silverman & Parezo (1995), o que é relevante nestes debates e donde podemos partir?

fieldnotes in the field so that they could be used by another person – and for this typing I came to use the best rag-content paper so that now, decades later, every page is intact. And I kept my private coding up to date just in case there might be a hurricane tonight or an earthquake tomorrow” (2001 [1977]: 11).



Arquivos etnográficos ou arquivos dos antropólogos? Onde novo conhecimento emerge

Os arquivos construídos pelos antropólogos ecoam formas de pensar sobre o mundo dos outros. Mais do que um depósito de materiais, o arquivo construído durante o trabalho de terreno abre um campo de possibilidades contendo um conjunto alargado de informação sobre a diversidade humana e sobre as trajectórias da antropologia (Marcus 1998).

A trajectória do conceito de arquivo é vasta e complexa. O conceito constitui-se como matéria móvel, elástica, tendo sido habitado por diferentes conteúdos de acordo com as diferentes conjunturas históricas, tradições disciplinares e com os agentes que as protagonizam. Partimos de uma abordagem antropológica ao arquivo (Brettell [1998] 2009; Dirks 2001; Axel 2002, Cunha 2004; Almeida 2007), que ganhou relevância com as interrogações da antropologia dirigidas aos arquivos coloniais. (Stoler 2009; Basu & De Jong 2016). Em *Along the Archival Grain: Epistemic Anxieties and Colonial Common Sense* (2009) Stoler identifica uma mudança metodológica na abordagem ao arquivo. De um exercício ablativo passamos a uma concepção de arquivo que o problematiza, na linha de Foucault, enquanto um campo de forças, dissipando as opacidades dos discursos dos poderes coloniais.

Deste modo, perspectivamos o arquivo na sua teia de intencionalidades, na multiplicidade de enunciados susceptíveis de serem interpretados (Foucault 1969), não descurando as dinâmicas de selecção presentes no arquivo. Importa perceber os caminhos percorridos pelos documentos até chegarem aos arquivos, perceber a sua biografia, naquilo a que Celso Castro chama “a dimensão social da memória” (2008: 18).

Como pensar as práticas de arquivamento em Antropologia? Quais as suas especificidades? Os arquivos construídos pelos antropólogos reflectem uma forma de pensar o mundo dos outros. Durante o processo etnográfico, os antropólogos produzem uma parte significativa dos seus dados no quadro de uma relação de mutualidade (Viegas & Mapril 2012; Pina-Cabral 2013), protagonizando uma experiência intersubjectiva “que se desenvolve por meio de revelações partilhadas” (Viegas & Mapril 2012: 516). A etnografia gera, assim, documentos. Contudo, estes materiais que documentam esta relação são guardados no domínio privado e só uma parte deste trabalho é tornada pública, deixando numa zona de sombra um conjunto significativo de materiais primários.

Num outro momento (Almeida & Cachado 2019) propusemos a distinção entre arquivos etnográficos e arquivos dos antropólogos ainda praticantes da disciplina. Neste exercício conceptual, partimos da definição de arquivos etnográficos proposta por Olívia Cunha (2004). A autora desenvolveu uma “etnografia do arquivo” consultando os materiais de Ruth Landes⁴ depositados nos National Anthropological Archives. Para Cunha, os arquivos etnográficos podem ser descritos como conjuntos documentais que podem assumir um carácter pessoal, mas não exclusivamente, que são depositados em museus e outras instituições (Cunha 2004).

Contudo, na nossa perspectiva, esta designação não é suficiente para ilustrar o nosso argumento que parte da ideia de coevidade, isto é, procura debater como os antropólogos hoje se posicio-

4 Ruth Landes (1908–1991) foi uma antropóloga norte-americana. Formada na Columbia University fez trabalho de campo entre os Ojibwa no Canadá entre 1932–1934 e, posteriormente, sobre grupos indígenas norte-americanos, como os Sioux. Landes organizou cuidadosamente os seus documentos e doou-os aos National Anthropological Archives, um gesto raro na sua geração.

nam face aos seus arquivos durante a sua trajectória profissional e as possibilidades de partilha parcial. “Arquivos dos antropólogos” integra uma proposta de reflexão sobre uma etapa intermédia entre o terreno e o arquivo mais ou menos organizado, que resulta do trabalho antropológico. Esta proposta também procura consciencializar os atuais antropólogos sobre a importância de reflectirem sobre o gesto de arquivar e as suas implicações éticas. Partindo do pressuposto de que os antropólogos constroem as suas próprias fontes (Almeida 2007), o seu futuro deve ser problematizado no contexto da disciplina.

A antropologia portuguesa e os seus arquivos

Tomemos como mote um dossier organizado por Molinié & Mouton (2008), que agrega artigos sobretudo dedicados à revisitação de arquivos etnográficos. Na sua introdução, os autores referem a importância da pesquisa sobre arquivos etnográficos para perceber melhor o desenvolvimento da Antropologia e para compreender como trabalham os antropólogos. A revisitação dos materiais oferece um conjunto de possibilidades. Por um lado, permite acrescentar uma nova análise dos mesmos dados, ou seja, se um autor se dedicou a um conjunto de problemáticas, podemos encontrar uma nova problemática não abordada. Por outro lado, os materiais etnográficos podem ser analisados à luz de novos dados coligidos no mesmo terreno por outros investigadores num tempo presente, aprofundando as temáticas analisadas anteriormente com interlocutores novos, relevando que “Les archives des ethnologues trouvent dans ces processus une nouvelle vie, et peuvent même jouer un rôle important dans la dynamique sociale.” (Molinié & Mouton 2008: s/p).

No entanto, o aspeto que queremos salientar da sua reflexão recai sobre a existência de uma importante diferença entre o “fundo espontâneo” e o “fundo trabalhado”. Os autores defendem que o conteúdo dos arquivos dos antropólogos pode ser cada vez mais antropológico e cada vez menos pessoal.

A antropologia portuguesa, apesar da contenção do debate, não ignora a importância dos arquivos etnográficos. Recuperemos alguns exemplos. Um deles é importante para compreender como a ruralidade se tornou um tema central na antropologia portuguesa como uma antropologia de “construção da nação” (Stocking 1982). Os outros dois referem-se a arquivos que são cruciais para os debates pós-coloniais em Portugal. Finalmente, partilhamos um exercício de reflexão que realizámos com um conjunto alargado de antropólogos portugueses entre 2014 e 2016.

Começamos pelo Museu Nacional de Etnologia (MNE), que agrega um conjunto de colecções tanto do contexto português, como colecções importadas dos contextos das ex-colónias, como ainda de outros contextos estudados por antropólogos portugueses com ou sem ligação colonial. Destaca-se, no Museu, o Arquivo Etnográfico do Centro de Estudos de Etnologia (CEE) que se dedicou à recolha de cultura material e das tecnologias ligadas à actividade agrícola no contexto português. Nele encontram-se cerca de 14 mil fichas etnográficas produzidas entre as décadas de 1940 a 1980. Configurando um retrato do país da segunda metade do século XX, este importante fundo documental é revelador do trabalho da equipa coordenada pelo antropólogo Jorge Dias (1907–1973): Ernesto Veiga de Oliveira, (1910–1990), Fernando Galhano (1904–1995), Margot Dias (1908–2001), e Benjamim Pereira (1928-). É constituído por fotografias, desenhos



e descrições etnográficas sobre a cultura material de matriz rural – bem como documenta as coleções do MNE ao nível do património imaterial nacional (Costa 2017: 176).

O segundo refere-se a arquivos cruciais nos debates pós-coloniais em Portugal, e repousa precisamente na etnografia realizada em Moçambique por Jorge e Margot Dias, cujo arquivo foi trabalhado por Catarina Alves Costa e Harry West. Catarina Alves Costa revisitou os materiais de Margot Dias, que incluem uma grande coleção de filmes etnográficos (Costa 2015), enquanto que West (2006) revisita os arquivos de Jorge Dias, argumentando especificamente sobre a utilidade deste tipo de pesquisa:

Uma leitura mais aprofundada da obra dos nossos precursores [...] poderá permitir um novo olhar não apenas sobre os textos etnográficos de que estes textos resultaram, mas também sobre as questões epistemológicas e os acontecimentos políticos que, tal como eles, também somos obrigados a enfrentar.” (West 2006: 142).

Ambos os autores contribuíram, neste sentido, para a problematização da Antropologia portuguesa e para a compreensão da história da ciência no seu todo no contexto da ditadura do Estado Novo.

Nos casos do CEE e dos arquivos de Jorge Dias e Margot Dias estamos perante espólios ancorados no Museu Nacional de Etnologia que, além da organização e disponibilização destes arquivos, estão integrados na plataforma digital MATRIZ.NET juntamente com outros museus portugueses, colocando os espólios etnográficos e antropológicos em potencial diálogo com outras coleções e outras disciplinas.

Por outro lado, o Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA) promoveu a digitalização, preservação e análise do Fundo Jill Dias, uma antropóloga e historiadora falecida prematuramente em 2008, com um importante espólio sobretudo central para a historiografia africana, com destaque para o contexto angolano (Silva 2011).

As diversas perspectivas defendidas aqui, e os arquivos referidos, retratam os primeiros passos em Portugal de um debate, que em geral até há poucos anos tendia a negligenciar a preservação dos arquivos etnográficos produzidos pelos investigadores. A identificação desta lacuna conduziu ao ciclo de debates “Fins de Tarde com a Antropologia. Conversas sobre Arquivos Etnográficos” (Almeida & Cachado 2016) que organizámos entre 2014 e 2016.

Convidámos mais de 30 antropólogos e outros investigadores na área das Ciências Sociais e Humanas que tinham realizado etnografia *clássica* ou pesquisa etnográfica em arquivos, para partilhar os seus percursos de pesquisa e as suas reflexões sobre os arquivos produzidos no contexto das suas investigações. Os resultados foram bastante desafiantes.

Os convidados partilharam as formas como registam os seus materiais; como constroem o acesso nos seus terrenos; como mobilizaram diferentes tecnologias de recolha (desde os anos 1980 até à atualidade); as dificuldades e desafios ao tentar arquivar materiais.

Tomando o conjunto das sessões como material empírico para analisar estas dimensões, juntamos aqui um grupo de reflexões, num exercício algo semelhante ao realizado por Caplan (2010: 17), que se consubstanciam em considerações sobre as técnicas utilizadas pelos antropólogos portugueses; questões reflexivas sobre as formas de arquivar; sentimentos ambivalentes relativamente aos seus terrenos; dúvidas e questões metodológicas. Desta forma, as sessões contribuíram no seu

todo para uma compreensão das práticas dos antropólogos portugueses, e como os seus potenciais arquivos merecem ser descritos, analisados e discutidos.

Ao nível dos resultados, consistência e diferenças entre formas de registar ao longo do tempo e ainda sobre formas de arquivar, é importante notar que todos os antropólogos referiram nas suas apresentações que as sessões do ciclo de debates os conduziram a um exercício interessante relativamente aos seus dados primários: muitos tiveram de pesquisar em locais não imediatos para encontrar os seus diários e outros materiais, procurar em caixas antigas, e aperceberam-se do estado físico de parte dos seus materiais, por vezes em dispositivos obsoletos, como por exemplo as cassetes ou os *mini discs*. Todos despenderam tempo à procura e a verificar o seu conjunto de dados primários para poderem organizar as suas apresentações.

Nas suas exposições, manifestamente, quase todos revelaram hesitação em como e o que guardar ou não guardar, e mesmo uma incerteza sobre considerar o seu conjunto de materiais como arquivo etnográfico. Uma grande parte referiu-se aos seus dados como provavelmente não relevantes, e surge implícita uma discursividade que sumaríamos na expressão “quem sou eu para que o meu arquivo seja conservado?”, considerando que a organização e conservação de arquivos é destinada apenas a antropólogos com renome. A sua modéstia é, contudo, do nosso ponto de vista, justificada pela falta de debate sobre a salvaguarda e funções científicas da preservação de arquivos etnográficos.

A diversidade de antropólogos que foi convidada para as sessões corresponde à diversidade de tipos de registos, o que, por sua vez, levanta diferentes tipos de desafios. Vídeo cassetes para documentários, fichas de um herbário, registos sonoros de estações de rádio, registos sonoros de entrevistas e de ambientes, diários de campo, fotografia específica e não especificamente utilizada como registo etnográfico, desenho e seus vários suportes e outros materiais de registo gráfico, todos com especificidades que, face à necessidade de conservação, muitos antropólogos mostraram desconhecer o que devem fazer ou mesmo concretamente como aceder rapidamente à transformação de registos analógicos em digitais.

A maior parte dos colegas mostrou ter preocupações reflexivas relativamente à fronteira entre arquivos pessoais e arquivos etnográficos. Os mais preocupados com o estabelecimento desta fronteira foram também aqueles que se debruçaram sobre cultura material, porque adquiriram objectos tanto recolhidos para fins de investigação como doados pelos interlocutores. Mas surgiu igualmente o caso de investigadores que apenas se servem de um caderno para todos os tipos de registos escritos, incluindo dados etnográficos primários e reflexões metodológicas.⁵ Ou ainda aqueles que não pensaram anteriormente na questão dos arquivos etnográficos e, ao preparar as suas apresentações, se aperceberam de que os arquivos etnográficos estão no mesmo lugar físico onde guardam objectos pessoais, álbuns de família, entre outros.

Tendo em conta que a maior parte dos antropólogos convidados conta já mais de vinte anos de experiência de trabalho etnográfico, também partilharam as diferenças entre as suas etnografias ao longo do tempo, contando um pouco das suas trajetórias. Os que optaram por contar os seus percursos e diferentes terrenos, revelaram que no início realizavam o seu trabalho de campo com uma abordagem metodológica “by the book”, e que ao longo do tempo foram transformando os

5 Numa reflexão posterior ao ciclo de debates, João Leal, que foi também um dos convidados, oferece uma possibilidade de diferenciação entre registos escritos (Leal 2016), complementando uma reflexão de Sanjek (1990b).



procedimentos, sentindo-se na actualidade menos inseguros relativamente ao método, adoptando uma forma própria de recolha de dados e de postura no terreno.

Em muitas das sessões foram salientadas as preocupações éticas dos investigadores no terreno e depois de terminado o trabalho de campo, e como aquilo que escolhem guardar e aquilo que imaginam partilhar no futuro se prende, justamente, com preocupações relativamente aos interlocutores.

Destacamos algumas situações específicas para ilustrar os parágrafos precedentes. Foi revelada, por exemplo, a preocupação face ao registo de dados que provêm das redes sociais. Face à diversificação dos conteúdos *online*, existem desafios por resolver. Outro aspecto sublinhado por vários colegas com muitos anos de experiência foi as condições materiais das etnografias. Estas foram assumindo um papel determinante nas formas como se organizaram os materiais primários sobretudo face à possibilidade de utilização do computador pessoal durante o trabalho de campo. Também entre antropólogos de uma mesma geração que se dedicou à construção de genealogias, à mão, a partir de documentos paroquiais surgiu a reflexão sobre a utilidade desses dados.

Salientamos ainda outro exemplo de desafio patente na reflexão sobre arquivo de dados etnográficos: face à proliferação de programas informáticos que foram sendo disponibilizados nas últimas décadas, o formato dos documentos para organização dos próprios dados também se foi alterando. Foi destacada a necessidade de haver um programa-mãe que seja adaptável ao longo dos tempos, para que o suporte informático não seja alterado sistematicamente, sob pena de as vantagens dos meios digitais ficarem comprometidas.

Outros colegas salientaram nas suas apresentações o valor que atribuem aos seus diários de campo pois é lá que encontram muito mais informação do que nos seus próprios artigos, uma vez que as publicações são uma selecção de dados. Esta reflexão vai ao encontro da ideia de Descola sobre o presente irrepetível (2005), resumindo que é nos diários de campo que este pode ser encontrado. Dentro desta mesma perspectiva, mas partindo de uma reflexão sobre a organização da sua comunicação para o ciclo “Fins de Tarde...”, houve ainda quem se apercebesse de estar a “revisitar um tempo específico”, conferindo força ao argumento de que fazer etnografia é, de alguma forma, fazer história do presente e nesse sentido os arquivos devem ser guardados para podermos aceder àquele presente, naquele momento.

Embora as situações anteriormente descritas revelem um lado de descoberta sobre os seus materiais enquanto potenciais arquivos, houve também quem contribuísse para o debate sobre a fronteira entre arquivos pessoais e arquivos etnográficos. Por vezes assinalavam que os seus registos faziam parte da sua vida pessoal e por isso não pretendiam partilhá-los, encontrando-se antes mais próximos de os deitar fora do que de os preservar.

Procurando sintetizar as sessões das quais resultou o livro com contributos dos convidados *Os Arquivos dos Antropólogos* (Almeida & Cachado 2016), há algo que pode ser salientado, que passa pela questão geracional. Por um lado, os antropólogos de uma geração que começou a trabalhar há mais de vinte anos tendem a organizar os seus materiais de uma forma mais sistemática do que os mais novos. Mesmo nos casos em que não organizam, sabem precisamente onde e de que forma estão guardados e têm já uma reflexão sobre eles. Os mais novos parecem tender a confiar nas novas tecnologias para depósito dos seus dados de forma segura e aparentam sentir-se mais confortáveis com a partilha dos seus materiais. No todo, é unânime, ao considerar a partilha, uma reflexividade acentuada sobre a importância de respeitar os interlocutores com quem estabelecem relações de confiança e de mutualidade (Pina-Cabral 2013).

Notas finais

A acumulação de conhecimento antropológico deve ser considerada um arquivo em vários sentidos, metafórica e literalmente. Como refere Georges Marcus, “the production of ethnography, at the minimum, and at its most valuable, is the present making of documents for history.” (Marcus 1998: 50). De acordo com o autor, os arquivos etnográficos contêm provas das falhas humanas dos investigadores no processo etnográfico, mas mais do que o seu potencial de escândalo, como a publicação dos diários de Malinowski em 1967 (Malinowski 1989 [1967]), a sua relevância está em potenciarem o debate sobre os contextos conflituais e institucionais nos quais se produziram os trabalhos no passado, mais recuado, ou mais recente (Marcus 1998: 54–61). Corroborando o autor, e tendo em conta as reflexões realizadas no contexto português, defendemos que os materiais não podem ser analisados ou trabalhados sem incluir os contextos de produção e a agenda, as escolhas, de quem os produz.

Neste artigo discutimos como os dados primários podem retratar tempos e espaços singulares e como constituem sem dúvida documentos históricos em potência, não apenas pelos dados que encerram como, retomando Turin, que neste artigo nos ajudou a estabelecer laços epistemológicos entre a Antropologia e a Linguística, também pela importância de incluir os interlocutores na produção de resultados. A Antropologia portuguesa, embora ainda hesitante face ao seu património disciplinar, carecendo de investigação aprofundada e de um mapeamento que contribua para a sistematização dos materiais existentes, espelha a necessidade de manter os arquivos disponíveis, organizados e preservados. A etnografia, enquanto tempo irrepetível (Descola 2005), produz conjuntos de materiais que permitem aceder a esse tempo a partir da actualidade e dos seus debates.

Referências bibliográficas

- Almeida, S. V.; Cachado, R. (2016). *Os Arquivos dos Antropólogos*. Lisboa: Palavrão.
- . (2019). Archiving Anthropology in Portugal. *Anthropology Today*, 35, 1, 22–25.
- Almeida, S. V. (2007). Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA: uma etnografia retrospectiva. *Arquivos da Memória*, 2 (nova série), 47–65. <[http://ceep.fcsh.unl.pt/ArtPDF/04_Sonia_V_Almeida\[1\].pdf](http://ceep.fcsh.unl.pt/ArtPDF/04_Sonia_V_Almeida[1].pdf)>
- Axel, B. K. (2002). *From the margins: Historical anthropology and its futures*. London: Duke UP.
- Basu, P.; De Jong, F. (2016). Utopian archives, decolonial affordances Introduction to special issue. *Social Anthropology*, 24, 5–19. doi: 10.1111/1469-8676.12281
- Brettell, C. B. (Ed.). (1993). *When they read what we write. The Politics of Ethnography*. Westport: Bergin & Garvey.
- Brettell, C. B. (2000 [1998]). Fieldwork in the Archives. Methods and Sources in Historical Anthropology. In H. R. Bernard (Ed.), *Handbook of Methods in Cultural Anthropology* (pp. 513- 546). Lanham: Altamira Press.
- Caplan, P. (2010). Something for posterity or hostage to future? Archiving anthropological field material. *Anthropology Today*, 26, 4, 13–17.



- Castro, C. (2008). *Pesquisando em Arquivos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Clifford, J. (1990). Notes on (Field)notes. In R. Sanjek (Ed.), *Fieldnotes. The makings of Anthropology* (pp. 47–70). Ithaca-London: Cornell University Press.
- Costa, C. A. (2015). Margot Dias: O trabalho de organização, contextualização e sonorização do arquivo. Guia de Filmes. In *Margot Dias, Filmes etnográficos 1958–1961*. Ed. em DVD Cinemateca Portuguesa, Museu do Cinema IP e DGPC / Museu Nacional de Etnologia, 273 min.
- Costa, P. (2017). Sistemas Matriz: instrumentos para a gestão e acesso ao património cultural. In T. Martinho, J. T. Lopes & J. L. Garcia (Org.), *Cultura Digital em Portugal* (pp. 162–179). Porto: Edições Afrontamento.
- Cunha, O. M. G. da. (2004). Tempo Imperfeito: Uma Etnografia do Arquivo. *Mana*, 10, 2, 287–322.
- Descola, P. (2005). On Anthropological Knowledge. *Social Anthropology*, 13, 1, 65–73.
- Dirks, N. (2001). *Caste of mind: Colonialism and the making of modern India*. Princeton: Princeton University Press.
- Foucault, M. (1969). *L'archéologie du savoir*. Paris: Gallimard.
- Jackson, J. E. (1990). “I am a fieldnote”: Fieldnotes as a Symbol of Professional Identity. In R. Sanjek (Ed.), *Fieldnotes. The makings of Anthropology* (pp. 3–33). Ithaca-London: Cornell University Press.
- Johnson, A.; Johnson, O. R. (1990). Quality into Quantity: On the Measurement Potential of Ethnographic Fieldnotes. In R. Sanjek (Ed.), *Fieldnotes. The makings of Anthropology* (pp. 161–186). Ithaca-London: Cornell University Press.
- Leal, J. (2006). *Antropologia em Portugal. Mestres, percursos, transições*. Lisboa: Livros Horizonte.
- . (2016). Diários de campo: modos de fazer, modos de usar. In S. V. de Almeida & R. Cachado (Eds.), *Os Arquivos dos Antropólogos* (pp. 143–154). Caldas da Rainha: Editora Palavrão.
- Leopold, R. (2008). The second life of ethnographic fieldnotes. *Ateliers du LESC*, 32. <<http://ateliers.revues.org/3132>>
- Malinowski, B. (1989 [1967]). *A Diary in the Strict Sense of the Term*. London: Athlone Press.
- Marcus, G. E. (1998). The once and future ethnographic archive. *History of the Human Sciences*, 11, 4, 49–63.
- Mead, M. (2001 [1977]). *Letters from the Field 1925–1975*. New York: Perennial.
- Molinié, A.; Mouton, M.-D. (2008). L'ethnologue aux prises avec les archives – Introduction. *Ateliers du LESC*, 32. <<http://ateliers.revues.org/1093>>
- Ottenberg, S. (1990). Thirty years of Fieldnotes: changing relationships to the Text. In R. Sanjek (Ed.), *Fieldnotes. The makings of Anthropology* (pp. 139–160). Ithaca-London: Cornell University Press.
- Pina-Cabral, J. (2013). The Two Faces of Mutuality: Contemporary Themes in Anthropology. *Anthropological Quarterly*, 86, 1, 257–275.
- Porto, N. (2016). Para uma museologia do sul global. Multidiversidade, descolonização e indigenização dos museus. *Revista Mundaú*, 1, 59–72.
- Sanjek, R. (Ed.). (1990a). *Fieldnotes. The makings of Anthropology*. Ithaca-London: Cornell University Press.
- Sanjek, R. (1990b). A Vocabulary for fieldnotes. In R. Sanjek (Ed.), *Fieldnotes. The makings of Anthropology* (pp. 92–121). Ithaca-London: Cornell University Press.
- Sennett, R. (2008). *The Craftsman*. New Haven-London: Yale University Press.
- Silva, M. C. (Org.). (2011). *Cadernos de Jill Dias/ The Jill Dias Notebooks, Inventário de um Arquivo /Archive Inventory*. Lisboa: CRIA.
- Silverman, S. (1995). Introduction. In S. Silverman, & N. J. Parezo (Eds.), *Preserving the Anthropological Record*, Wenner-Gren Foundation for Anthropological Research. <www.copar.org/par/>

- Silverman, S.; Parezo, N. J. (Eds.) (1995). *Preserving the Anthropological Record*, Wenner-Gren, Foundation for Anthropological Research. <www.copar.org/par/>
- Silverman, S.; Parezo, N. J.; & Fowler, D. (2003). Preserving the Anthropological Record: A Decade of CoPAR Initiatives. *Current Anthropology*, 44, 1, 111–116.
- Simpson, E. (2016). Is anthropology legal? Earthquakes, blitzkrieg, and ethical futures. *Foocal, Journal of Global and Historical Anthropology*, 74, 113–128.
- Stocking, G. W. Jr. (1982). *Race, Culture, and Evolution: Essays in the History of Anthropology*. Chicago: University of Chicago Press.
- Stoler, A. L. (2009). *Along the Archival Grain: Epistemic Anxieties and Colonial Common Sense*. Princeton-Oxford: Princeton University Press.
- Turin, M. (2011). *Born Archival: The Ebb and Flow of Digital Documents from the Field*. *History and anthropology*, 22, 4, 445–460.
- Viegas, S. M.; & Mapril, J. (2012). Mutualidade e conhecimento etnográfico. *Etnográfica*, 16, 3, 513–524.
- West, H. G. (2006). Invertendo a bossa do camelo: Jorge Dias, a sua mulher, o seu intérprete e eu. In M. R. Sanches (Ed.) *Portugal não é uma País Pequeno* (pp. 141–190). Lisboa: Livros Cotovia.



